

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.246 - SP (2019/0152193-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : PAULO ORLANDO STOCCO  
**AGRAVANTE** : FERNANDO HENRIQUE STOCCO  
**ADVOGADOS** : DOMINGOS ASSAD STOCCO - SP079539  
FÁBIO LUÍS MARCONDES MASCARENHAS - SP174866  
**AGRAVADO** : MARIA DE JESUS RODRIGUES - POR SI E REPRESENTANDO  
**AGRAVADO** : JULIO CÉSAR RODRIGUES  
**AGRAVADO** : JUCILENE RODRIGUES  
**ADVOGADO** : ACÁCIO RIBEIRO AMADO JUNIOR - SP082471

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por PAULO ORLANDO STOCCO e OUTRO contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, insurgem-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

**"CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ALEGAÇÃO, DOS SÓCIOS, DE NULIDADE DA DECISÃO QUE CONCLUIU PELA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE DA EMPRESA EXECUTADA E DETERMINOU FOSSEM ELES INTEGRADOS AO POLO PASSIVO DA RELAÇÃO PROCESSUAL. DECISÃO PROLATADA, TODAVIA, HÁ SEIS ANOS E QUE JÁ FORA OBJETO DE RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO ANTERIOR, POR ELES INTERPOSTO. MATÉRIA PRECLUSA. NÃO CONHECIMENTO, QUANTO AO TEMA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. APONTADA ERRONIA NA DETERMINAÇÃO DE INCLUSÃO, NO POLO PASSIVO, DE UM DOS SÓCIOS DA EMPRESA. ALEGAÇÃO DE QUE SEU INGRESSO NO QUADRO SOCIAL SE DEU EM MOMENTO POSTERIOR À PRÁTICA DO ILÍCITO QUE DEU ENSEJO À CONDENAÇÃO. DESCABIMENTO. SÓCIO QUE FOI ADMITIDO NA SOCIEDADE POUCO TEMPO DEPOIS DO AJUIZAMENTO DA DEMANDA, DE CUJOS TERMOS ERA (OU DEVERIA SER) CONHECEDOR. DESCONSIDERAÇÃO QUE, QUANDO DETERMINADA, ENSEJA A RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS SÓCIOS QUE DETENHAM TAL QUALIDADE AO TEMPO DA CONSTITUIÇÃO DO DÉBITO. PRECEDENTES. SÓCIO QUE PERMANECIA NOS QUADROS SOCIAIS QUANDO DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA, CONSTITUINDO A DÍVIDA, E QUE ALI PERMANECEU, AINDA, ATÉ O ENCERRAMENTO IRREGULAR DA EMPRESA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO, NA PARTE CONHECIDA"** (fl. 1.416 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 1.445/1.449 e-STJ).

No recurso especial (fls. 1.423/1.434 e-STJ), os recorrentes alegam violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) arts. 489, § 1º, IV, 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque

# Superior Tribunal de Justiça

teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração;

(ii) art. 50 do Código Civil - pois tanto o Juízo de primeiro grau quanto o Tribunal de Justiça de São Paulo não comprovaram o preenchimento dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem, sobrevivendo o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Registra-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pelos recorrentes, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARGUMENTOS DO RECURSO ESPECIAL CUJA ANÁLISE DEPENDE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.*

*1. Não há ofensa aos arts. 165, 458, 515 e 535 do CPC se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente sobre as questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em qualquer vício capaz de maculá-lo.*

# Superior Tribunal de Justiça

2. Com base nos elementos circunstanciais da demanda, a corte local entendeu que os devedores não têm direito ao alongamento da dívida em decorrência de ação dolosa, o que, para ser desconstituído, impõe reexame de matéria fático-probatória da lide, vedado nesta sede (Súmula 7 do STJ). *Precedente.*

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no Ag 930.113/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 6/10/2011, DJe 13/10/2011).

Ademais, verifica-se que a matéria versada no art. 50 do Código Civil não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, motivo pelo qual, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*

Além disso, o Código de Processo Civil de 2015 dispõe:

*"Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".*

Assim, esta Corte somente poderá considerar prequestionada determinada matéria caso alegada e reconhecida a violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não ocorre no caso em tela.

Confiram-se:

**"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.**

(...)

**04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.**

(...)

**06. Recurso especial não provido."**

(REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017, grifou-se).

**"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. PREQUESTIONAMENTO FICTO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 1.025 DO CPC/2015. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA,**

# Superior Tribunal de Justiça

PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão publicada em 14/12/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pela parte agravante contra AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, em decorrência da interrupção do serviço de energia elétrica pelo período de 9 (nove) dias, após a ocorrência de um temporal no Município de São Sepé/RS. O acórdão do Tribunal de origem reformou a sentença que julgara improcedente a ação, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

III. Não tendo o acórdão hostilizado expandido qualquer juízo de valor sobre os arts. 2º da Lei 9.427/96 e 29, I, da Lei 8.987/95, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ('É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada'), na espécie.

IV. Na forma da jurisprudência, 'a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei' (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017). (...)

VI. Agravo interno improvido" (AgInt no AREsp 1.017.912/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe 16/8/2017, grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ. III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida. V - Honorários recursais.

Cabimento. VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art.

# Superior Tribunal de Justiça

1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovemento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido"

(AgInt no REsp 1.682.293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017).

Por fim, constata-se que as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda.

É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho de sua fundamentação:

**"(...) É que por decisão prolatada em 28 de maio de 2012 há seis anos, pois determinara o Juízo referida desconsideração, 'ante a inatividade irregular da empresa executada, comprovada pela declaração acostada a fls. 771, sem deixar bens que respondessem pelo passivo (...) e, ainda, considerando o encerramento do processo de falência (fls. 779)', asseverando que o deferimento da medida se dava 'para que a penhora recaia sobre os bens particulares dos seus sócios, Paulo Orlando Stocco e Fernando Henrique Stocco' (fl. 1051).**

**Contra essa decisão interpuseram os sócios executados agravo de instrumento (fls. 1130 e ss.), no bojo do qual argüíram, é bom que se diga, precisamente pelos mesmos fundamentos aqui expostos, a nulidade daquela decisão. Ao reclamo, todavia, negou-se seguimento por intempestividade, a teor de decisão monocrática dessa Relatoria (fls. 1197/1199). Sucedeu, contra ela, o manejo de agravo regimental (fls. 1201 e ss.), ao qual negou provimento esta 6ª Câmara de Direito Privado, por acórdão unânime da Turma Julgadora, igualmente por mim relatado (fls. 1214/1216).**

**Ora, como já se decidiu, 'defeso é ao juiz reapreciar e redecidir questão a respeito da qual se operou a preclusão, assim como vedado é à parte rediscutir matéria já solvida anteriormente e não impugnada através do recurso adequado' (RT 476/192, apud 'Prescrição e Decadência', Yussef Said Cahali, 2ª tiragem, São Paulo, RT, 2008, p. 32).**

**Assim, não tendo logrado os ora agravantes, naquela oportunidade, o reexame da matéria porque, repita-se, intempestivo o agravo então interposto inviável sua reapreciação agora, nesta sede, e nada menos que seis anos depois de decidida a questão. Não é, com efeito, o presente agravo sucedâneo do recurso intempestivamente interposto anteriormente, razão porque, aliás, teve negado o seguimento.**

**Não se conhece, destarte, do recurso quanto ao ponto.**

**Superada a questão da nulidade, quanto ao segundo tema devolvido à apreciação a inclusão do sócio Fernando Stocco no polo passivo, de maneira supostamente errônea desmerece acolhida o reclamo.**

**Assim porque, quando de seu ingresso no quadro social da pessoa jurídica que confessadamente ocorreu em 1º de setembro de 1993 já pendia de julgamento a presente demanda, de sorte que de sua existência e dos termos em que aforada tinha ele conhecimento (ou, quando menos, deveria ter). E tendo tramitado por mais de década, a definitiva constituição do crédito em favor dos exequentes por força do trânsito em julgado da final**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*decisão meritória se deu em 23 de setembro de 2005, conforme certificado pela Serventia (fl. 681).*

*É cediço, outrossim, que, desconsiderada a personalidade jurídica da empresa, pela dívida respondem, pessoalmente, os sócios que dessa qualidade gozavam ao tempo de constituição do débito.*

*(...) Nem se perca, finalmente, que no momento do encerramento irregular das atividades da empresa o sócio em questão integrava ainda o quadro social. Logo, devem ambos figurar no polo passivo da execução – ressalvada, evidentemente, a possibilidade de regresso de um em face do outro" (fls.356/357 e-STJ).*

Rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Deixa-se de majorar os honorários recursais, tendo em vista que não foram fixados na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Relator